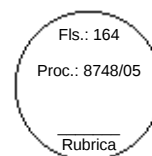




TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Processo: nº 8.748/2005 (d).
Origem: Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF).
Assunto: Pensão Militar.
Ementa:

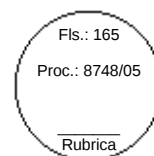
- . Pensão militar instituída pelo extinto Terceiro Sargento BM reformado ALDEMAR COTA CUPIDO, matrícula nº 14.416-9, considerada legal na forma da Decisão nº 3120/2010 (fl. 133).
- . Decisão nº 1.123/2009 (Processo nº 17.035/2008 - Auditoria de Regularidade) determinou o cumprimento das medidas alinhadas na Decisão nº 4.219/2007 (Processo nº 9.120/2006 - Inspeção realizada com a finalidade de verificar as razões da continuidade do pagamento da parcela “Diária de Asilado”, descumprindo as Decisões nºs 756/2002 e 6.734/2003), no sentido de adequar os pagamentos dos servidores inativos e pensionistas do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e da Polícia Militar do Distrito Federal aos termos do artigo 61 da Lei nº 10.486/2002 (instituição de VPNI para que não houvesse redução do valor de remuneração, de proventos ou de pensões, decorrente da aplicação da referida lei).
- . Interposição de Pedidos de Reexame pelas Senhoras ALDAIR MARIA DUTRA CUPIDO e ROSANA CRISTINA DUTRA CUPIDO contra a citada Decisão nº 1.123/2009 (fls. 143/148).
- . Conhecimento dos recursos (Decisão nº 5.754/2009 – fl. 149)
- . 4ª Inspeção de Controle Externo manifesta-se pelo improvimento dos recursos e ciência da decisão às recorrentes e ao CBMDF (fls. 150/156).
- . Parecer convergente do Ministério Público de Contas (fls. 158/162).
- . Precedentes: Decisões nºs 1.574/2010 e 1.665/2010. Acolhimento do que sugere a Unidade Técnica. Improvimento dos recursos. Ciência da decisão às recorrentes e ao CBMDF.

RELATÓRIO

Cuidam os autos, na presente fase processual, da apreciação dos Pedidos de Reexame interpostos pelas Senhoras ALDAIR MARIA DUTRA CUPIDO e ROSANA CRISTINA DUTRA CUPIDO em face do item “V.b.2” da **Decisão nº 1123/2009** (fls. 136/140), prolatada no Processo de Auditoria nº 17035/2008, que determinou ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



"cumprir, imediatamente, as medidas objeto da Decisão nº 4.219/07, incluindo os casos em que as ações já transitaram em julgado com resultado desfavorável aos impetrantes."

Na referida **Decisão nº 4.219/2007** (fls. 141/142) foi determinado ao CBMDF e à PMDF que adotassem as *"medidas necessárias ao efetivo cumprimento do disposto no item IV, alínea "a.2", da Decisão nº 756/2002, no sentido de adequar os pagamentos dos servidores inativos e pensionistas aos termos do art. 61 da Lei nº 10.486/02, atentando para o que se segue em relação ao cálculo da "Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada" - VPNI: a) o valor a ser lançado deve ser exatamente o resultado da diferença porventura existente entre a remuneração dos meses de setembro e outubro de 2001 [...]."*

Da instrução formalizada pela 4ª Inspeção de Controle Externo, tenho por necessário reproduzir os seguintes trechos:

DO PEDIDO DE REEXAME

"5. As recorrentes, de forma igual, argumentam (fls. 143/145 e 146/148) que o instituidor da pensão foi reformado por incapacidade definitiva para o serviço bombeiro militar, em razão de doença incurável, ficando total e permanentemente incapacitado para todo e qualquer trabalho, não podendo prover os meios de subsistência, sendo considerado inválido, com direito à percepção da parcela Diária de Asilado com base na Lei nº 4.328/64.

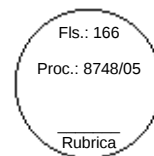
6. Segundo entendem, a extinção da referida rubrica pelo CBMDF, bem como a alteração dos valores que passaram a ser recebidos a título de VPNI, fere direito adquirido e contraria disposição da Lei nº 4.328/64.

7. Alegam, ainda, ser a adequação indevida em razão da Diária de Asilado ter sido criada por regramento anterior ao que vige atualmente, sendo que a mesma foi incorporada aos proventos do militar.

8. Protestam que a adequação nos estipêndios foi processada pelo CBMDF antes mesmo da comunicação oficial que abriu o prazo para o contraditório e a ampla defesa, contrariando princípio constitucional.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



9. *Requerem, ao final, que seja revista a decisão de reduzir o valor da Diária de Asilado, bem como que seja restabelecido o valor da parcela que vinha sendo pago com a denominação de VPNI, até o julgamento do mérito do pedido de reexame.*

DA ANÁLISE DO MÉRITO

10. *Conforme atestado pelas recorrentes, os ajustes promovidos pelo CBMDF nos pagamentos dos inativos e pensionistas da Corporação, em atendimento aos termos da Decisão nº 1123/2009, começaram a incidir no mês de julho de 2009. Em relação ao efeito suspensivo, concedido às recorrentes pela Decisão nº 5754/2009, o mesmo começou a incidir no contracheque do mês de novembro de 2009, conforme consulta ao SIAPE.*

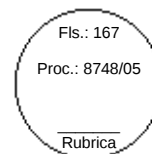
11. *Quanto à inclusão da Diária de Asilado nos estipêndios pensionais, feita com base na Portaria Interministerial EMFA nº 2.826/94, cumpre ressaltar que o e. Plenário ratificou tal possibilidade, ainda que tacitamente, quando do exame da Auditoria levada a termo no Processo nº 2131/2000, ex-vi do item IX da Decisão nº 4535/2001, proferida naquele feito.*

12. *Observa-se que a determinação do Tribunal objeto da Decisão nº 4219/2007, cujo imediato cumprimento foi agora ordenado pelo item "V.b.2" da Decisão nº 1123/2009 (Processo de Auditoria nº 17035/2008), que aqui se questiona, é, de fato, a reafirmação de posicionamento anterior, e que vinha sendo reiteradamente descumprido pelas Corporações Militares do DF.*

13. *No Processo nº 2131/2000, relativo à auditoria levada a efeito na PMDF e no CBMDF, o Tribunal, por meio do item "IV.a2" da Decisão nº 756/2002, determinou que, para efeito de concessão da VPNI de que trata o art. 61 da MP nº 2.218/2001 (convertida na Lei nº 10.486/2002), decorrente de eventual redução salarial derivada da adoção da nova remuneração por essa estabelecida, as Corporações Militares (...) deverão, além das parcelas legalmente percebidas pelos militares e seus pensionistas, antes do advento da citada medida provisória, também ser consideradas as decorrentes de sentenças judiciais (a exemplo*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



daquelas objeto de abordagem nos itens IX e X da Decisão nº 4535/2001), observando, entretanto, no caso de desconstituição dessas sentenças, a necessidade de refazimento dos cálculos e da devolução da diferença à Fazenda Pública (...).

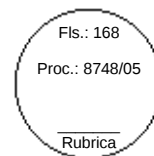
14. Em auditoria posterior, realizada no âmbito da PMDF, objeto do Processo nº 1284/2003, a e. Corte, por meio do item "d.2" da Decisão nº 6734/2003, confirmou seu posicionamento quanto ao tratamento a ser dado à parcela Diária de Asilado, com a seguinte recomendação à Corporação (in verbis): (...) exclua a parcela "Diária de Asilado", não mais presente na nova estrutura remuneratória implantada pela MP nº 2.218/2001, convertida na Lei Federal nº 10.486/2002, observando o item IV, alínea "a.2" da Decisão nº 756/2002 (Processo nº 2.131/2000), no sentido de transformá-la em VPNI, caso constatada a redução do valor nominal dos proventos/remuneração, nos termos do art. 61 da referida lei; (...).

15. Então, por meio da Decisão nº 4219/2007, o Tribunal reiterou às Corporações a determinação de adotarem as medidas necessárias ao efetivo cumprimento do disposto no item IV, alínea "a.2", da Decisão nº 756/2002, adequando os pagamentos dos militares inativos e pensionistas aos termos do art. 61 da Lei nº 10.486/2002, com alerta aos comandantes das Corporações para a possibilidade de aplicação de multa no caso de novo descumprimento. Na mesma decisão, também foram prestados esclarecimentos quanto à forma de apuração do valor da VPNI, bem como recomendado aos órgãos em questão que atentassem, quando do cumprimento da referida medida, para eventuais efeitos lesivos aos interessados, cientificando-os previamente da possibilidade de manifestação a respeito nos próprios feitos de reforma e pensão, nos quais deveriam ser encartadas tempestivas soluções, pelos próprios órgãos, aos potenciais questionamentos, bem como as correções decorrentes e o suporte documental pertinente, se necessários.

16. Finalmente, por meio do item "V.b.2" da Decisão nº 1123/2009, adotada no Processo de Auditoria nº 17035/2008, o Tribunal determinou ao CBMDF cumprir, imediatamente, as medidas objeto da Decisão nº 4.219/07, incluindo os casos em que as



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



ações já transitaram em julgado com resultado desfavorável aos impetrantes.

17. No que tange ao mérito dos recursos, a rigor, as recorrentes não apresentaram fato novo capaz de modificar a deliberação da c. Corte.

18. Quanto à alegação de direito adquirido à parcela Diária de Asilado, o que impediria a adequação dessa ao que dispõe o art. 61 da Lei nº 10.486/2002, há que se destacar que é remansoso o entendimento de que não há direito adquirido a regime jurídico remuneratório, estando o assunto pacificado inclusive no Poder Judiciário.

19. Quando da Instrução do Processo de Auditoria nº 17035/2008, constatou-se que dos mandados de segurança com trânsito em julgado naquela oportunidade (impetrados no Poder Judiciário local contra a mudança de denominação de "Diária de Asilada" para "VPNI do Art. 61 da Lei 10.486/02"), todos foram resolvidos desfavoravelmente aos autores, quando não em primeira instância, por ocasião do julgamento dos recursos interpostos para as instâncias superiores. A motivação, à época, para o ingresso dos inativos e pensionistas na justiça deveu-se ao fato de que, com a simples mudança na denominação, passou a incidir sobre a parcela em questão os respectivos descontos legais. Vale ressaltar que o procedimento adotado, naquele momento, pela Corporação, ainda não atendia às determinações da e. Corte em relação à necessidade de adequação dos pagamentos dos militares inativos e pensionistas aos termos do art. 61 da Lei nº 10.486/02.

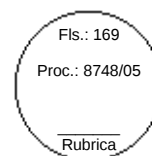
*20. Em reforço, transcrevem-se, a seguir, os **julgados do TJDF** proferidos em alguns dos referidos mandados de segurança:*

MANDADO DE SEGURANÇA. MILITARES REFORMADOS. DIÁRIA DE ASILADO. PRETENSÃO INDEVIDA. REVOGAÇÃO. LEI 10.486/2002. VPNI. COMPATIBILIDADE COM O PRINCÍPIO DA IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS/PROVENTOS. DEVER CONSTITUCIONAL DE PAGAR TRIBUTOS.

1. A Lei 10.486/2002 revogou tacitamente o benefício da diária de asilado (Lei



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



4.328/1964), estabelecendo novo e complexo sistema de remuneração dos servidores militares.

2. É incorreta a afirmação de que a Lei 10.486/2002 transformou a diária de asilado em VPNI - Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada, pois esta resulta da diferença total positiva entre a remuneração percebida no regime anterior e a que se perceberia à luz daquele Diploma Legal, e não do comparativo específico, vantagem por vantagem.

3. O princípio da irredutibilidade de vencimentos não é afetado pela mudança de regime tributário, que afasta a isenção dessa ou daquela vantagem remuneratória do dever constitucional de pagar tributos.

4. Recurso improvido. (20050110887999APC, Relator CRUZ MACEDO, 4ª Turma Cível, julgado em 09/08/2006, DJ 05/09/2006 p. 162)

CONSTITUCIONAL - MANDADO DE SEGURANÇA - MILITAR INATIVO DO CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL - SUBSTITUIÇÃO NOS PROVENTOS DA GRATIFICAÇÃO DENOMINADA DIÁRIA DE ASILADO POR VANTAGEM PESSOAL NOMINALMENTE IDENTIFICADA - VPNI - MANUTENÇÃO DA IRREDUTIBILIDADE NOMINAL DOS PROVENTOS - INCIDÊNCIA DE DESCONTOS SOBRE A VANTAGEM - POSSIBILIDADE - RECURSO IMPROVIDO.

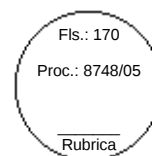
1. É possível a substituição da diária de asilado pela VPNI - Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada, porque observada a irredutibilidade nominal dos proventos do militar inativo.

2. Em que pese não haver a incidência de abatimento sobre a diária de asilado, sobre a VPNI os descontos legais são cabíveis, face a diferente natureza de tal parcela remuneratória.

3. Apelo conhecido e improvido. (20050110887259APC, Relator LEILA ARLANCH, 4ª Turma Cível, julgado em 25/10/2006, DJ 03/04/2007 p. 167)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



MANDADO DE SEGURANÇA. DIÁRIA DE ASILADO. LEI 10.486/2002. VPNI. IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS/PROVENTOS. NATUREZA DA VERBA. INCIDÊNCIA DE TRIBUTOS.

I - A Lei 10.486/2002 revogou tacitamente a diária de asilado (Lei 4.328/1964), estabelecendo novo regime aos servidores militares, abarcando todo e qualquer benefício pela rubrica denominada VPNI - Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada, sobre a qual deverá incidir o imposto de renda, não havendo nisso qualquer ilegalidade, se mantida a irredutibilidade do valor nominal dos vencimentos/proventos.

II - O que a Constituição Federal assegura é a irredutibilidade nominal da remuneração global, nela incluída as gratificações e outras vantagens, e não a irredutibilidade de parcela remuneratória.

III - Recurso voluntário e remessa oficial providos. Maioria. (20050110887339APC, Relator NÍVIO GERALDO GONÇALVES, 1ª Turma Cível, julgado em 04/10/2006, DJ 11/01/2007 p. 58)

MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. BOMBEIROS MILITARES REFORMADOS. DIÁRIA DE ASILADO. LEI N. 10.486/02. VANTAGEM PESSOAL NOMINALMENTE IDENTIFICADA.

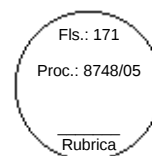
1.É pacífico nesta Egrégia Corte o entendimento de que não há direito adquirido a regime remuneratório, podendo ser este modificado. No entanto, há que ser respeitado o princípio da irredutibilidade de vencimentos esculpido no artigo 37, inciso XV, da Carta Magna.

2.Com o advento da Lei n. 10.486/02, que dispõe sobre a remuneração dos militares do Distrito Federal, a diária de asilado, de caráter indenizatório, foi substituída pela vantagem pessoal nominalmente identificada - VPNI, com caráter remuneratório.

3.Apesar de incidir sobre essa nova vantagem todos os descontos compulsórios, como imposto de renda e pensão alimentícia, não houve violação ao princípio da irredutibilidade de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



vencimentos, uma vez que o valor nominal dos proventos foi mantido.

4. Não há que se falar, ademais, em violação aos princípios do contraditório e da ampla defesa ou, ainda, da coisa julgada, porquanto a Administração observou estritamente o princípio da legalidade, concedendo nova sistemática a benefício que vinha sendo pago.

5. Recurso de apelação e remessa de ofício conhecidos e não providos.

(20050110860543APC, Relator NÍDIA CORRÊA LIMA, 3ª Turma Cível, julgado em 12/03/2008, DJ 27/03/2008 p. 28)

MANDADO DE SEGURANÇA. MILITARES. DIÁRIA DE ASILADO. LEI Nº 10.486/02. CONVERSÃO EM VPNI. INCIDÊNCIA DE TRIBUTOS. AGRAVO RETIDO. AUSÊNCIA DE FUMUS BONI IURIS E DO PERICULUM IN MORA. RECURSO DE APELAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE REGIME JURÍDICO A DIREITO ADQUIRIDO. COMPATIBILIDADE COM O PRINCÍPIO DA IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS.

Com o advento da Lei nº 10.486/02 foi suprimido o benefício da diária de asilado prevista na Lei nº 4.328/64 que possuía caráter indenizatório e criada a Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI, a qual tem caráter remuneratório, motivo pelo qual é lícita a incidência de impostos sobre o benefício.

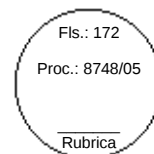
Está pacificado na jurisprudência pátria que não há direito adquirido ao regime jurídico.

Não há ofensa ao princípio de irredutibilidade de vencimentos quando não é reduzido o valor nominal da remuneração, mas seu valor líquido. (20060110043160APC, Relator NATANAEL CAETANO, 1ª Turma Cível, julgado em 31/01/2007, DJ 15/02/2007 p. 74)

21. Em relação ao que protestam as recorrentes, de que a adequação nos estipêndios foi processada pelo CBMDF antes mesmo da comunicação oficial que abriu o prazo para o contraditório e a ampla



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



defesa, frise-se que tal medida de ajuste há muito vem sendo objeto de determinações por parte desta c. Corte, existindo, inclusive, conforme já comentado, a recomendação, objeto do item "III.a" da multicitada Decisão nº 4219/2007, para que as corporações militares locais atentassem, quando do cumprimento do item I da mesma decisão, relativamente à adequação dos pagamentos dos inativos e pensionistas aos termos do artigo 61 da Lei nº 10.486/02, para eventuais efeitos lesivos aos interessados, cientificando-os previamente da possibilidade de manifestação a respeito, nos próprios feitos de reforma e pensão, nos quais deverão ser encartadas tempestivas soluções, pelos próprios órgãos, aos potenciais questionamentos, bem como as correções decorrentes e o suporte documental pertinente, se necessários.

22. De qualquer sorte, entende-se que o direito ao contraditório e à ampla defesa está sendo exercido pelas Recorrentes, primeiro com o conhecimento dos pedidos de reexame por elas apresentado, aos quais já foi conferido, pelo Tribunal, efeito suspendendo as deliberações objeto do item "V.b.2" da Decisão nº 1.123/09, e agora com o exame de mérito dos citados recursos.

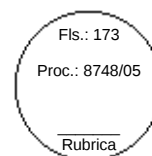
23. No momento, quando o CBMDF finalmente adotou as providências, ao que parece em sua totalidade, para adequação dos pagamentos dos militares inativos e pensionistas aos termos do art. 61 da Lei nº 10.486/02, recorrem as interessadas contra o item "V.b.2" da Decisão nº 1.123/09. Contudo, verifica-se que dos recursos não consta argumento novo capaz de alterar o entendimento atual quanto à necessidade do ajuste em seus pagamentos.

24. Dessa forma, não resta outra saída, a não ser negar provimento aos pedidos das recorrentes. Nesse sentido foram as **Decisões nºs 1505/2010, 1574/2010 e 1665/2010, dentre outras, proferidas, respectivamente, nos Processos nºs 1509/84, 2988/2004 e 2257/89**, oportunidades em que esta e. Corte analisou recursos semelhantes ao tratado neste feito, todos interpostos contra o item "V.b.2" da Decisão nº 1123/2009.

25. Consigne-se, ainda, que a aferição do cálculo dos novos valores da VPNI, implementados nos



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



contracheques dos inativos e pensionistas da Corporação nos termos do art. 61 da Lei nº 10.486/2002, está sendo feita no já citado Processo de Auditoria nº 17035/2008, conforme autorizado pela e. Corte na citada Decisão nº 2638/2009, proferida no Processo de Inspeção nº 9120/2006.

26. Diante do exposto, sugere-se ao egrégio Plenário:

I. considerar, no mérito, improcedentes os pedidos de reexame apresentados pelas recorrentes ALDAIR MARIA DUTRA CUPIDO e ROSANA CRISTINA DUTRA CUPIDO contra o item "V.b.2" da Decisão nº 1.123/09, no que pertine à manutenção da parcela Diária de Asilado; e

II. dar ciência do teor da deliberação que vier a ser adotada no presente feito às interessadas e ao CBMDF."

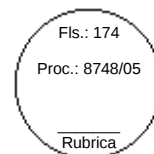
Em parecer convergente, o Ministério Público de Contas alinhou os seguintes argumentos:

"17. Expostas as considerações externadas pelo Corpo Técnico, passo à análise dos autos ressaltando, de antemão, que, de fato, os argumentos colacionados na peça recursal não têm o condão de alterar o deslinde da questão, em especial no que tange à irretroatividade do ajuste, ao direito adquirido, líquido e certo, ao tempo decorrido, à irredutibilidade de vencimentos ou proventos, consoante diversos pronunciamentos do MPC/DF e do Tribunal em face de questionamentos da espécie, nos feitos correspondentes.

18. Sob esse aspecto, não é despiciendo repisar que, uma vez verificada a irregularidade, a Administração tem o poder-dever de corrigir a falha, nos estritos termos da lei, levando-se em conta que o "erro" não gera direitos. Ademais, os pagamentos equivocados devem ser incontinenti expungidos, porquanto permitir a perpetuidade implicaria enriquecimento sem causa da interessada, repudiado pelo direito. Entender de forma diferente é impor ao erário um ônus injusto que, no final, recairá sobre todos os demais cidadãos e isso é intolerável. Nessa linha, tem-se o Acórdão do eg. TJDF, no MSG nº 20010020013983, DJU de 16.10.2002.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



19. A questão da decadência, como alicerce da segurança jurídica, também não merece prosperar, a teor do Acórdão 2.250/2007 da Primeira Turma do eg. Tribunal de Contas da União, consoante Sumário a seguir:

PESSOAL. APOSENTADORIA. PEDIDO DE REEXAME. INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS. PAGAMENTO DESTACADO DE ANTECIPAÇÕES SALARIAIS. COISA JULGADA. DECADÊNCIA. CONHECIMENTO. NEGATIVA DE PROVIMENTO. (...)

2. Não caracteriza afronta à coisa julgada a decisão deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha esgotado e que não tenham determinado explicitamente a incorporação definitiva da parcela concedida.

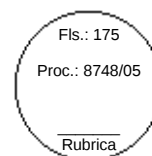
3. Não está a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão sujeita ao devido processo legal no que se refere à observância prévia de contraditório e ampla defesa do interessado, na forma da Súmula Vinculante nº 3, do STF, podendo tais direitos serem exercitados na fase seguinte, quando interposto recurso contra a negativa de registro do ato.(...)

20. Nessa linha, a percepção de vantagem em patamar que não fazia jus, por longo período, de forma não admitida (ou defesa) em lei, somente beneficiou as interessadas, em prejuízo ao erário. Todavia, tal fator não impede que a falha seja sanada, em consonância com a orientação expedida pela Corte e o posicionamento emanado do Poder Judiciário, sob pena de favorecimento de alguns, em detrimento de outros, em situação similar, não havendo violação a direito adquirido, manutenção em razão da boa-fé ou irredutibilidade de proventos.

21. Cabe enfatizar que, com o advento da nova legislação disciplinadora da remuneração dos militares distritais (MP nº 2.218/01, convertida na Lei nº 10.486/02), é incabível a inclusão da parcela Diária de Asilado nos estipêndios pensionais, porquanto restou expungida do arcabouço remuneratório dos milicianos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



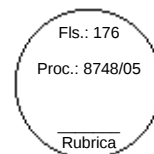
22. Consoante inteligência do artigo 61 da citada Lei, a nova composição remuneratória, a ser contemplada nos proventos ou pensões militares, poderá permitir o pagamento de vantagens pretéritas tão-somente a título de VPNI, caso a nova estruturação dos estipêndios implique redução salarial, prestigiando, assim, o princípio da irredutibilidade dos vencimentos. A questão foi cristalizada pela Decisão nº 4.219/07, ora atacada, adotada no Processo nº 9.120/06, o que deverá ser observado pela Corporação.

23. Acrescente-se, ainda, que, em análise pretérita do citado Processo nº 9.120/2006, a Corte exarou a Decisão nº 2.638/2009, em que reafirmou o seu posicionamento acerca da matéria, com os esclarecimentos adicionais que menciona, na forma a seguir:

"O Tribunal (...) decidiu: I - tomar conhecimento dos esclarecimentos (...) prestados pela Polícia Militar (...), em atenção às Decisões nºs 4.219/2007 e 4.380/2008, considerando-os parcialmente satisfatórios; II - alertar a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal de que a exceção prevista no item I, alínea "b", "in fine", da Decisão nº 4219/07, somente deve ser aplicada nas ações impetradas em face da nova Lei de Remuneração dos militares distritais (Medida Provisória nº 2.218/2001, convertida na Lei nº 10.486/2002), não alcançando, portanto, aquelas ajuizadas com base na legislação pretérita, mesmo que possuam decisões posteriores a 05/09/2001 mandando incluir ou majorar a parcela Diária de Asilado, devendo as Corporações, nesses casos, atentar para os seguintes procedimentos: a) recuperar o valor da remuneração paga em setembro de 2001, incluindo ou majorando, conforme o caso, o valor devido a título da Diária de Asilado, em conformidade com a respectiva decisão judicial; b) cotejar tal valor com o da remuneração devida em outubro de 2001, em face da novel estrutura remuneratória, apurando eventual diferença a menos; c) incluir ou corrigir, com base em tal diferença, o valor da VPNI de que trata o artigo 61 da Medida Provisória nº 2.218/2001 ou da Lei nº 10.486/2002; d)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



proceder aos ajustes financeiros pertinentes, a contar da correspondente implementação;" (...). Grifei.

24. *Nota-se, portanto, que o tratamento a ser dispensado, em casos de decisões judiciais anteriores ao advento da Lei nº 10.486/02, também foi disciplinado, não havendo fato novo que possa alterar o desfecho do recurso ou das determinações da Corte.*

25. *Infere-se, por fim, que a solicitação de suspensão dos efeitos da decisão atacada objeto dos pleitos restou atendida, consoante a Decisão nº 5.754/09, que conheceu dos recursos, conferindo-lhes tal "efeito" e que resultou no restabelecimento do pagamento na forma anterior (irregular), desde novembro/2009, conforme realçado pela ICE. Acrescente-se que os recursos manejados datam de agosto/2009. Ademais, a determinação de ajuste da parcela já havia sido consignada na Decisão nº 4.401/2008 (fl. 19), registrada, **in totum**, no primeiro Recurso à fl. 26, denotando-se que houve o prévio conhecimento dos fatos.*

26. *Pelo exposto, opina este Parquet pelo não-provimento dos Pedidos de Reexame em apreço, mantendo-se os termos da Decisão recorrida, na forma preconizada pela Inspeção.*

É o relatório.

VOTO

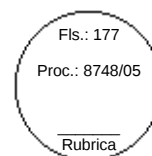
No parágrafo 24 da instrução está consignado que pretensões como as que foram deduzidas nos recursos em pauta - manutenção do pagamento da Diária de Asilado após a vigência da Lei Federal nº 10.486/2002, sem decisão judicial que autorize a medida - foram prontamente denegadas na forma das Decisões nºs 1.574/2010 e 1.665/2010, entre outras.

Verifico que proferi o voto condutor das referidas deliberações plenárias, cumprindo reproduzir o entendimento que manifestei no voto relativo à Decisão nº 1.665/10:

"Com relação aos argumentos apresentados pela recorrente, cabe destacar, por primeiro, à invocação do princípio do direito adquirido para



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



continuar percebendo a Diária de Asilado. Ocorre que no Estado de Direito a ação da Administração Pública se assenta fundamentalmente no princípio da legalidade e no princípio da supremacia do interesse coletivo.

Assim, o pagamento equivocado deve ser imediatamente expungido, porquanto, permitir sua perpetuidade implicaria enriquecimento sem justa causa do servidor/pensionista, fato repudiado pelo direito pátrio. Assim, quando a esta Corte de Contas recusa a continuidade de um pagamento indevido, não caracteriza abuso ou ofensa a princípios constitucionais, posto que a Administração Pública pode anular os atos ilegais e revogar os inconvenientes e inoportunos, poder esse de autotutela, consagrado pelas Súmulas do Supremo Tribunal Federal nos 346 e 473.

Portanto, como bem assinalou o Corpo Técnico (fls. 128/134), há que se destacar que é remansoso o entendimento de que não há direito adquirido a regime jurídico remuneratório, estando o assunto pacificado inclusive no Poder Judiciário.

Nesse sentido, cabível a transcrição da jurisprudência coligida pela Unidade Técnica na instrução de fls. 128/134, a saber:

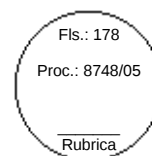
"MANDADO DE SEGURANÇA. MILITARES REFORMADOS. DIÁRIA DE ASILADO. PRETENSÃO INDEVIDA. REVOGAÇÃO. LEI 10.486/2002. VPNI. COMPATIBILIDADE COM O PRINCÍPIO DA IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS/PROVENTOS. DEVER CONSTITUCIONAL DE PAGAR TRIBUTOS.

A Lei 10.486/2002 revogou tacitamente o benefício da diária de asilado (Lei 4.328/1964), estabelecendo novo e complexo sistema de remuneração dos servidores militares.

É incorreta a afirmação de que a Lei 10.486/2002 transformou a diária de asilado em VPNI - Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada, pois esta resulta da diferença total positiva entre a remuneração percebida no regime anterior e a que se perceberia à luz



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



daquele Diploma Legal, e não do comparativo específico, vantagem por vantagem.

O princípio da irredutibilidade de vencimentos não é afetado pela mudança de regime tributário, que afasta a isenção dessa ou daquela vantagem remuneratória do dever constitucional de pagar tributos.

Recurso improvido. (20050110887999APC, Relator CRUZ MACEDO, 4ª Turma Cível, julgado em 09/08/2006, DJ 05/09/2006 p. 162)

.....

CONSTITUCIONAL - MANDADO DE SEGURANÇA - MILITAR INATIVO DO CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL - SUBSTITUIÇÃO NOS PROVENTOS DA GRATIFICAÇÃO DENOMINADA DIÁRIA DE ASILADO POR VANTAGEM PESSOAL NOMINALMENTE IDENTIFICADA - VPNI - MANUTENÇÃO DA IRREDUTIBILIDADE NOMINAL DOS PROVENTOS - INCIDÊNCIA DE DESCONTOS SOBRE A VANTAGEM - POSSIBILIDADE - RECURSO IMPROVIDO.

É possível a substituição da diária de asilado pela VPNI - Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada, porque observada a irredutibilidade nominal dos proventos do militar inativo.

Em que pese não haver a incidência de abatimento sobre a diária de asilado, sobre a VPNI os descontos legais são cabíveis, face a diferente natureza de tal parcela remuneratória.

Apelo conhecido e improvido. (20050110887259APC, Relator LEILA ARLANCH, 4ª Turma Cível, julgado em 25/10/2006, DJ 03/04/2007 p. 167).

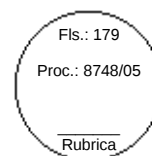
.....

MANDADO DE SEGURANÇA. DIÁRIA DE ASILADO. LEI 10.486/2002. VPNI. IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS/PROVENTOS. NATUREZA DA VERBA. INCIDÊNCIA DE TRIBUTOS.

I - A Lei 10.486/2002 revogou tacitamente a diária de asilado (Lei 4.328/1964), estabelecendo novo regime aos servidores



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



militares, abarcando todo e qualquer benefício pela rubrica denominada VPNI - Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada, sobre a qual deverá incidir o imposto de renda, não havendo nisso qualquer ilegalidade, se mantida a irredutibilidade do valor nominal dos vencimentos/proventos.

II - O que a Constituição Federal assegura é a irredutibilidade nominal da remuneração global, nela incluída as gratificações e outras vantagens, e não a irredutibilidade de parcela remuneratória.

III - Recurso voluntário e remessa oficial providos. Maioria. (20050110887339APC, Relator NÍVIO GERALDO GONÇALVES, 1ª Turma Cível, julgado em 04/10/2006, DJ 11/01/2007 p. 58).

.....

MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. BOMBEIROS MILITARES REFORMADOS. DIÁRIA DE ASILADO. LEI N. 10.486/02. VANTAGEM PESSOAL NOMINALMENTE IDENTIFICADA.

1.É pacífico nesta Egrégia Corte o entendimento de que não há direito adquirido a regime remuneratório, podendo ser este modificado. No entanto, há que ser respeitado o princípio da irredutibilidade de vencimentos esculpido no artigo 37, inciso XV, da Carta Magna.

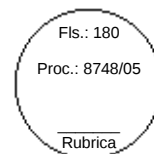
2.Com o advento da Lei n. 10.486/02, que dispõe sobre a remuneração dos militares do Distrito Federal, a diária de asilado, de caráter indenizatório, foi substituída pela vantagem pessoal nominalmente identificada - VPNI, com caráter remuneratório.

3.Apesar de incidir sobre essa nova vantagem todos os descontos compulsórios, como imposto de renda e pensão alimentícia, não houve violação ao princípio da irredutibilidade de vencimentos, uma vez que o valor nominal dos proventos foi mantido.

4.Não há que se falar, ademais, em violação aos princípios do contraditório e da ampla defesa



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



ou, ainda, da coisa julgada, porquanto a Administração observou estritamente o princípio da legalidade, concedendo nova sistemática a benefício que vinha sendo pago.

5. Recurso de apelação e remessa de ofício conhecidos e não providos.

(20050110860543APC, Relator NÍDIA CORRÊA LIMA, 3ª Turma Cível, julgado em 12/03/2008, DJ 27/03/2008 p. 28).

.....

MANDADO DE SEGURANÇA. MILITARES. DIÁRIA DE ASILADO. LEI Nº 10.486/02. CONVERSÃO EM VPNI. INCIDÊNCIA DE TRIBUTOS. AGRAVO RETIDO. AUSÊNCIA DE FUMUS BONI IURIS E DO PERICULUM IN MORA. RECURSO DE APELAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE REGIME JURÍDICO A DIREITO ADQUIRIDO. COMPATIBILIDADE COM O PRINCÍPIO DA IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS.

Com o advento da Lei nº 10.486/02 foi suprimido o benefício da diária de asilado prevista na Lei nº 4.328/64 que possuía caráter indenizatório e criada a Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI, a qual tem caráter remuneratório, motivo pelo qual é lícita a incidência de impostos sobre o benefício.

Está pacificado na jurisprudência pátria que não há direito adquirido ao regime jurídico.

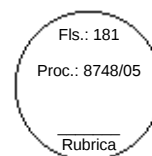
Não há ofensa ao princípio de irredutibilidade de vencimentos quando não é reduzido o valor nominal da remuneração, mas seu valor líquido. (20060110043160APC, Relator NATANAEL CAETANO, 1ª Turma Cível, julgado em 31/01/2007, DJ 15/02/2007 p. 74)."

Como se vê, não ocorreu ofensa a nenhum princípio constitucional, pois referidos preceitos se aplicam a valores percebidos de forma legal, pois os atos contra legem não geram direito adquirido.

Nesse sentido, quanto ao direito adquirido e a irredutibilidade salarial, o Supremo Tribunal Federal ao julgar o Recurso Extraordinário nº 298.695-0, pontifica que a incidência do referido princípio pressupõe a licitude da



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



aquisição do direito a determinada remuneração. Por oportuno, transcrevo sua ementa:

EMENTA:

"I - Recurso extraordinário: letra a: possibilidade de confirmação da decisão recorrida por fundamento constitucional diverso daquele em que se alicerçou o acórdão recorrido e em cuja inaplicabilidade ao caso se baseia o recurso extraordinário: manutenção, lastreada na garantia da irredutibilidade de vencimentos, da conclusão do acórdão recorrido, não obstante fundamento este na violação do direito adquirido.

II - Recurso extraordinário: letra a: alteração da tradicional orientação jurisprudencial do STF, segundo a qual só se conhece do RE, a, se for para dar-lhe provimento: distinção necessária entre o juízo de admissibilidade do RE, a - para o qual é suficiente que o recorrente alegue adequadamente a contrariedade pelo acórdão recorrido de dispositivos da Constituição nele prequestionados - e o juízo de mérito, que envolve a verificação da compatibilidade ou não entre a decisão recorrida e a Constituição, ainda que sob prisma diverso daquele em que se hajam baseado o Tribunal a quo e o recurso extraordinário.

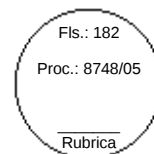
III - Irredutibilidade de vencimentos: garantia constitucional que é modalidade qualificada da proteção ao direito adquirido, na medida em que a sua incidência pressupõe a licitude da aquisição do direito a determinada remuneração.

IV - Irredutibilidade de vencimentos: violação por lei cuja aplicação implicaria reduzir vencimentos já reajustados conforme a legislação anterior incidente na data a partir da qual se prescreveu a aplicabilidade retroativa da lei nova." (sem grifo no original)."

Assim, confirmo a bem lançada instrução de fls. 128/134, que foi corroborada pelo ilustre Ministério Público de Contas do Distrito (fls. 136/136v), por seus próprios e jurídicos fundamentos, que transcrevo em parte, para a composição deste voto:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



"No que tange ao mérito do recurso, a rigor, a recorrente não apresentou fato novo capaz de modificar a deliberação da c. Corte.

Quanto à alegação de direito adquirido à parcela Diária de Asilado, o que impediria a adequação dessa ao que dispõe o art. 61 da Lei nº 10.486/2002, há que se destacar que é remansoso o entendimento de que não há direito adquirido a regime jurídico remuneratório, estando o assunto pacificado inclusive no Poder Judiciário.

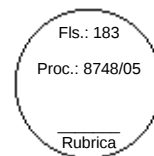
Quando da Instrução do Processo de Auditoria nº 17.035/08, constatou-se que dos mandados de segurança com trânsito em julgado naquela oportunidade (impetrados no Poder Judiciário local contra a mudança de denominação de Diária de Asilada para VPNI do Art. 61 da Lei 10.486/02), todos foram resolvidos desfavoravelmente aos autores, quando não em primeira instância, por ocasião do julgamento dos recursos interpostos para as instâncias superiores. A motivação, à época, para o ingresso dos inativos e pensionistas na justiça deveu-se ao fato de que, com a simples mudança na denominação, passou a incidir sobre a parcela em questão os respectivos descontos legais. Vale ressaltar que o procedimento adotado, naquele momento, pela Corporação, ainda não atendia às determinações da e. Corte em relação à necessidade de adequação dos pagamentos dos militares inativos e pensionistas aos termos do art. 61 da Lei nº 10.486/02.(...)

No momento, quando o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal finalmente adotou as providências, ao que parece em sua totalidade, para adequação dos pagamentos dos militares inativos e pensionistas aos termos do art. 61 da Lei nº 10.486/2002, recorre a interessada contra o item V.b.2 da Decisão nº 1.123/2009. Contudo, verifica-se que do recurso não consta argumento novo capaz de alterar o entendimento atual quanto à necessidade do ajuste em seus pagamentos. Dessa forma, não resta outra saída, a não ser negar provimento ao pedido da recorrente.

Registre-se, por fim, que a aferição do cálculo dos novos valores da VPNI, implementados nos contracheques dos inativos e pensionistas da



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Corporação nos termos do art. 61 da Lei nº 10.486/2002, está sendo feita no já citado Processo de Auditoria nº 17035/2008, conforme autorizado pela e. Corte na citada Decisão nº 2638/2009, proferida no Processo de Inspeção nº 9120/2006.

Por esses motivos, considero improcedentes as Razões de Defesa apresentadas pela pensionista Regina Maria Nunes da Paixão, contra o item V.b.2 da Decisão nº 1.123/2009 (fls. 120/124).

*Destarte, acolhendo na integra o que sugere a 4ª ICE e o Parquet, **VOTO** no sentido de que o e. Plenário:*

I - considere, no mérito, improcedente o pedido de reexame apresentado pela recorrente REGINA MARIA NUNES DA PAIXÃO contra o item V.b.2 da Decisão nº 1.123/2009, no que pertine à manutenção da parcela Diária de Asilado; e

II - dê ciência do teor da deliberação que vier a ser adotada no presente feito à interessada e ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal."

Coerente com o que venho de destacar e tendo por fundamento de decidir o que expuseram a Unidade Técnica e o Órgão Ministerial, **VOTO** no sentido de que o e. Plenário:

- I -** negue provimento aos pedidos de reexame interpostos por ALDAIR MARIA DUTRA CUPIDO e ROSANA CRISTINA DUTRA CUPIDO em face do item "V.b.2" da Decisão nº 1.123/09, no que tocante à manutenção do pagamento da parcela Diária de Asilado; e
- II -** dê ciência do teor desta decisão às recorrentes e ao Corpo de Bombeiros Militar do DF.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 2011.

ANTONIO RENATO ALVES RAINHA
Conselheiro-Relator